

Editorial

“Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, bem como a expansão da economia internacional [...] explicam a crise da noção clássica de região. Se ainda pretendemos manter a denominação, somos obrigados a redefinir a palavra. Nas condições atuais [...] a região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna. Definida sobretudo do exterior, seus limites mudam em função dos critérios que lhe fixamos. Por conseguinte, a região não existe por si mesma”.

(Milton Santos)

Bem-vindas/os ao segundo número da RBDR de 2021. Ele traz, em meio ao turbilhão sanitário e à crise política, uma nova dezena de artigos para impulsionar o debate sobre a questão regional. Contudo, antes de apresentar os textos desta edição, é preciso passar em revista, mesmo que rapidamente, tanto o problema sanitário quanto a conjuntura política, ambos agravados nos últimos meses.

No que se refere à crise sanitária, esta continua produzindo seus graves efeitos sobre a vida de indivíduos e coletividades humanas mundo afora. Infelizmente, o bordão – “não há dúvidas de que ainda se ouvirá falar muito em Covid-19” – permanece atual, já que o número de infectadas/os e de óbitos ainda cresce, tanto em escala mundial quanto na América Latina e no Brasil. No instante em que se escreve este editorial, tem-se 184,004 milhões de infectadas/os e 3,980 milhões de vítimas fatais em escala mundial. No Brasil, agora já são 18,769 milhões as/os infectadas/os e mais de 524 mil os óbitos. Entre este número da RBDR e o anterior, a quantidade de infectadas/os aumentou por um múltiplo de 1,67 no mundo, enquanto no Brasil, por um de 1,88. E o número de vítimas aumentou por um múltiplo de 1,63 no mundo, enquanto no Brasil, por um de 2,17. Não existem grandes novidades relativas à crise sanitária para além da vacinação – que tem avançado devagar: até o presente teriam recebido a primeira dose da vacina 77,6 milhões de brasileiros/as. A quase inexistência de medidas consequentes de proteção humana e de cuidado à saúde ainda pauta a “política” oficial.

No que se refere à crise político-institucional, a despeito de não se identificar sinais de arrefecimento, ela passou a incorporar três novos agentes: o judiciário (que, aos poucos, parece recuperar autonomia), o legislativo (que ganha novo protagonismo com a CPI da Pandemia, instalada em 27 de abril pp.) e, sobretudo, a sociedade civil (que volta a tomar as ruas). Os fatos esdrúxulos continuam infectando o quadro político-institucional como o vírus continua infectando brasileiras/os

desprovidas/os de proteção e cuidados devidos. Todavia, é evidente que houve uma importante inflexão na crise político-institucional.

Ademais das crises referidas, as/os brasileiras/os ainda têm estado às voltas com uma crise econômica – o PIB de 2020 (em relação ao de 2019) recuou 4,8%, a maior queda em 25 anos, e a inflação medida pelo INPC (dos 12 meses fechados em maio) alcançou 8,89%. Obviamente, o desemprego permanece alto, a renda do andar inferior continua escandalosamente baixo e as desigualdades entre indivíduos e regiões vêm atingindo patamares vergonhosamente elevados. Portanto, as/os brasileiras/os são desafiadas/os não apenas pelo problema sanitário e pela conjuntura política, mas também pelas graves implicações sociais da crise econômica. Que a ninguém falte ânimo para enfrentá-las.

Para começar a falar, propriamente, desta segunda edição da RBDR de 2021, convém remeter as/os leitoras/es à epígrafe que a introduz. Com ela se homenageia Milton Santos, intelectual brasileiro que ganhou notoriedade internacional pela inquestionável contribuição que deu à geografia. Se vivo fosse, teria completado 95 anos em 3 de maio passado. Ao afirmar que “a região não existe por si mesma”, ele convida a pensar sobre o que a condiciona. E ao chamar atenção para o fato de que não mais se trata de “uma realidade viva, dotada de coerência interna”, ele sugere que a estabilidade de que fruía a região, quando a natureza ainda a definia, daria lugar a indeterminações (socioculturais, políticas, ambientais) que decorrem do desenvolvimento das forças produtivas. Ver-se-á que os artigos deste número da RBDR dialogam, uns mais, outros menos, com essas – e outras – inesquecíveis lições de Milton Santos.

Nunca é demais lembrar que a RBDR pretende constituir-se em espaço democrático de debate interdisciplinar sobre assuntos que dizem respeito à “questão regional”, sobretudo, em/de países ditos periféricos. É por meio da publicação de artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se publicados em journals não brasileiros), principalmente, da área de planejamento urbano e regional, que a Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional se dispõe como arena plural de debate. Contudo, também são bem-chegadas contribuições de áreas como geografia, economia, sociologia, antropologia e ciência política. E, convergindo para temas que lidem com desenvolvimento regional, recebem-se também contribuições de campos como urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo. Cabe notar ainda que os artigos e ensaios publicados na Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional podem ter caráter mais “teórico” ou ser de natureza mais “empírica”, resultar de estudos sobre desenvolvimento regional na/da América Latina (inclusive, no/do Brasil) ou de análises que considerem distintas escalas espaciais para o melhor entendimento dos diversos processos de desenvolvimento e, sendo o caso, conferir ênfase às determinações causais e ao protagonismo de instituições e agentes na construção (e/ou desconstrução) de estratégias de desenvolvimento no território.

Isto dito, a Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional disponibiliza ao público o seu segundo número de 2021. São dez novos artigos, apresentados na sequência, que se adequam ao perfil da RBDR, em sintonia com o propósito de constituir-se em espaço democrático e plural para o debate sobre a questão regional.

“Historical roots of municipalities development: the Portuguese case” é o título do artigo inicial, assinado por António de Jesus Fernandes de Matos, Tiago Neves Sequeira e Marcelo Santos. Os autores se propuseram examinar, com o auxílio de alguns proxies, os determinantes históricos do desenvolvimento dos municípios portugueses e, também, se a força das diferentes classes medievais dominantes (nobreza, clero e burguesia), em cada município, era importante para o desenvolvimento económico e social atual.

O segundo artigo, assinado por Hisrael Passarelli-Araujo e Alline Viana de Almeida, é “Mapeamento do Plano Diretor no Brasil: evidências empíricas e desafios ao planejamento urbano municipal, 2004-2018”. Nele são ‘mapeados’ os municípios brasileiros que dispõem de plano diretor entre 2004 e 2018, segundo as cinco grandes regiões brasileiras. Os resultados apontam que a região Sul tem o maior percentual e o Nordeste, o menor percentual de municípios com plano diretor durante o período analisado.

Em “Ecosistemas de manglar como activadores de desarrollo regional en el Estado de Guerrero/México”, Benjamín Castillo Elías e Herlinda Gervacio Jiménez se debruçam sobre as atividades pesqueiras da Laguna de Tres Palos (Município de Acapulco, Guerrero, México), procurando identificar sua influência para os mangues através da criação de uma Unidade de Gestão para a Conservação da Vida Selvagem com a produção de mudas de mangue, com vistas a um desenvolvimento regional sustentável.

Guilherme A. D. Vivaldi, Pedro S. Portugal Jr. e Gladis Camarini assinam o artigo seguinte: “Propriedade intelectual, inovação e crescimento econômico: uma análise estatística nas microrregiões do Sul de Minas Gerais”. Aí tratam da relação entre propriedade intelectual (com base em patentes de invenção, modelos de utilidade, desenho industrial e marcas) e crescimento econômico (com base no PIB das microrregiões). O resultado mostrou haver forte relação entre uma e outro, assim como disparidades inter-regionais.

No artigo “A renda renascença na Paraíba: enredos de cultura, moda e desenvolvimento regional”, Fabiana Miranda Silva e Lemuel Dourado Guerra Sobrinho avaliam as dinâmicas socioculturais da atividade da renda renascença no Cariri paraibano, engendradas a partir da criação de políticas públicas referidas à atividade, em sua interface com o desenvolvimento regional. Os resultados apontam para uma tensão entre as demandas do mercado e as dinâmicas das atividades produtivas das rendeiras.

“Vulnerabilidade ambiental urbana nas regiões metropolitanas do Ceará” – assinado por Christiane Luci Bezerra Alves, Anderson da Silva Rodrigues e Nayara de Sousa

Rodrigues – é o sexto artigo. Aí buscam identificar a vulnerabilidade ambiental urbana em regiões metropolitanas do estado do Ceará pela construção de um índice sintético de vulnerabilidade. Os resultados sugerem a existência de níveis de vulnerabilidade semelhantes entre as regiões metropolitanas cearenses, mas com dispersões distintas.

Já no sétimo artigo deste número da RBDR, “Dinâmica regional da produção agrícola de Mato Grosso, 2002-2016”, Jadson Gonçalves Soares e Adriano M. Rodrigues Figueiredo se propõem a examinar, em um novo contexto concorrencial, a dinâmica regional da produção agrícola de Mato Grosso nos anos de 2012 a 2016. Os resultados apontam para um processo, que ocorre de um ritmo lento a moderado, de mudanças no padrão espacial de localização das principais culturas e de reestruturação produtiva regional.

Andréa Freire de Lucena, Flávia Rezende Campos e Jane Figueredo Santos assinam o artigo “Exportações e crescimento econômico regional em Goiás”. O objetivo, obviamente, é verificar a possível relação entre o crescimento econômico dos municípios de Goiás e suas respectivas exportações. Os resultados mostram que esta relação é não apenas positiva, mas também significativa, ou seja, os municípios com maior crescimento econômico no estado de Goiás estão entre os que mais exportam.

“Convergência setorial na fronteira Sul do Brasil” – assinado por Jandir Ferrera de Lima e Bernardo Soares Bidarra – é o nono artigo. Aí analisam a economia regional dos municípios que compõem o Arco Sul da faixa de fronteira brasileira e sua tendência à convergência setorial. Os resultados apontaram que a maior convergência está no setor terciário, enquanto o setor menos convergente é a agropecuária. Isso parece demonstrar o impacto das condições geográficas e da absorção de tecnologia na criação de valor.

Por fim, em “Educação superior e desenvolvimento regional: o caso da UNOESC-SMO”, Fábio Zambiasi e Elis Regina Mulinari Zanin se debruçam sobre a possível relação entre a Instituição de Ensino Superior UNOESC São Miguel do Oeste e o desenvolvimento da região em que ela atua. A conclusão é que a UNOESC-SMO, a partir da formação proporcionada aos seus egressos e das interações entre suas atividades e a comunidade, pode ser reconhecida como IES promotora de desenvolvimento regional.

Além dos artigos acima apresentados ainda há uma seção de resenhas. Aí se comentam, brevemente, algumas obras que vieram à luz entre 2020 e 2021. Talvez as/os leitoras/es deste número da RBDR venham a se interessar por ela.

Antes de concluir este editorial parece conveniente lembrar que a RBDR vem passando por modificações com o bom propósito de elevar um pouco mais a sua qualidade. As principais alterações implementadas – as mais importantes das quais dizendo respeito ao “layout” dos artigos e à capa da revista – já haviam sido informadas no primeiro número de 2021. Esses e outros aperfeiçoamentos devem

corresponder com o compromisso de a Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional constituir-se em espaço democrático de debate interdisciplinar qualificado sobre temas referentes à “questão regional”.

Com a atuação engajada da equipe que a tem editado, a RBDR vai continuar passando por mudanças. Daí um agradecimento especial a suas/seus integrantes. Nesta ocasião também se expressa gratidão a todas/os as/os leitoras/es, articulistas, integrantes do conselho editorial e “carregadoras/es de piano” por sua contribuição para que a Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional reduza imperfeições a cada edição publicada e avance como periódico de referência no campo do desenvolvimento regional.

Que esta edição da RBDR propicie uma leitura agradável a todas/os. Até o próximo número!

Ivo M. Theis
Editor

A foto que ilustra a capa desta edição da RBDR, de Juliana Adriano, de 2010, retrata um carro de boi, em uma manhã típica, na Lagoa de Ibiraquera, Garopaba/Santa Catarina. Lugar mágico e de beleza singular, cujo nome, de origem tupi-guarani, remete à Embira (árvore da Mata Atlântica), a localidade é guardada por populações tradicionais que vivem de pesca e agricultura e lutam para que a vida siga pulsando.

